

# Seleção Pública para Estágio do Curso de Direito PEUD / MPPE - 2012

Dia: 25 de setembro de 2011.

## CADERNO DE PROVAS

Direito e Redação em Língua Portuguesa

### *Leia com atenção:*

01. Só abra este caderno após ler todas as instruções e quando for autorizado pelos fiscais de sala.
02. Preencha seus dados pessoais no quadro abaixo.
03. Autorizado o início da prova, verifique se este caderno contém 50 (cinquenta) questões e se contém o Título da Redação.
04. Todas as questões desta prova são de múltipla escolha, só marque uma resposta para cada questão.
05. Assinale a resposta de cada questão no corpo da prova e, só depois transfira os resultados para a Folha de Respostas.
06. Confira também na sua Folha de Respostas, todos os seus dados impressos.
07. Para marcar a folha de Respostas utilize caneta esferográfica de cor **azul** ou **preta**. A marcação é definitiva, não admitindo rasuras e em nenhuma hipótese ela será substituída por erro do candidato.
08. Não risque, não amasse, não dobre e não suje a Folha de Respostas, pois isso poderá prejudicá-lo.
09. A prova de REDAÇÃO deve ser respondida inicialmente no rascunho e, em seguida, transcrita para a FOLHA DE REDAÇÃO. **Não deixe nenhuma marca na FOLHA DE REDAÇÃO que possa identificá-lo.**
10. Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião, nem a prestar esclarecimentos sobre o conteúdo da prova. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.

**Boa Sorte!**

**A Comissão.**

NOME: \_\_\_\_\_ SALA: \_\_\_\_\_

INSCRIÇÃO: \_\_\_\_\_ IDENTIDADE: \_\_\_\_\_ ORGÃO/UF: \_\_\_\_\_

ASSINATURA: \_\_\_\_\_



## REDAÇÃO – RASCUNHO

TEMA/TÍTULO DA REDAÇÃO:

**A família à luz do Direito: alicerce de uma sociedade sustentável.**

1

10

20

30

**Redija um texto dissertativo argumentativo, obedecendo aos critérios abaixo discriminados:**

- Fidelidade à temática;
- Originalidade;
- Coerência, coesão e clareza na exposição das ideias;
- Atendimento às normas da língua formal;
- Emprego da nova ortografia;
- Escrever em prosa;
- Obedecer ao limite de linhas (25 a 30).



**PROVA: DIREITO**

**DIREITO CONSTITUCIONAL**

**1. Nosso ordenamento pátrio contempla a religiosidade como um fenômeno sociológico que ganha importância jurídica, graças aos princípios constitucionais de liberdade. O direito à liberdade de religião está exposto na Constituição Federal de várias formas. Assinale a alternativa inverídica:**

- a) A liberdade de consciência e de crença é inviolável. O livre exercício dos cultos religiosos é assegurado, bem como temos garantida, na forma que a lei dispuser, a proteção das liturgias e dos locais onde os cultos se realizem.
- b) É assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva.
- c) Por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, ninguém será privado de direitos, exceto se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.
- d) No ensino fundamental, conteúdos mínimos são fixados pela CF/88. O ensino religioso, por exemplo, constituirá disciplina de matrícula obrigatória dos horários normais das escolas públicas de Ensino Fundamental e Médio, assegurando a formação comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais do País.
- e) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer cultos religiosos ou igrejas ou subvencioná-los. Também lhes é vedado embaraçar o funcionamento destes ou manter com eles ou com seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público.

**2. Sobre os direitos fundamentais, assinale a alternativa que não corresponde à verdade:**

- a) Os direitos fundamentais estão detalhadamente mencionados nos primeiros capítulos da CF/88, e, conforme o artigo 60, § 4º, inciso IV, foi-lhes outorgado o patamar de cláusulas pétreas priorizando os direitos humanos.
- b) Em constituições anteriores, os Direitos Sociais se encontravam espalhados ao longo de seus textos. Com a CF/88, foi-lhes dedicado um capítulo específico, demonstrando a intenção do legislador constituinte em vinculá-los com os direitos individuais.
- c) O § 1º do artigo 5º da CF/88 trouxe uma inovação ao dispor que “As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata”, ou seja, remeteu-os a uma exequibilidade constitucional instantânea, com presun-

ção de norma perfeita e suficiente para os seus fins.

- d) Os direitos e garantias expressos na Constituição Federal vigente são taxativos e excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte, desde que não aprovados em cada casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.
- e) Sempre que houver falta de norma regulamentadora que torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania, será concedido mandado de injunção.

**3. A associação profissional ou sindical é livre em nosso ordenamento (artigo 8º da CF/88), desde que seja observado (a):**

- a) A fundação de sindicatos rurais e de colônias de pescadores deverá ser autorizada pelo Estado, que, se cabível, exercerá interferência e intervenção necessárias à preservação do princípio republicano e federativo, atendidas as condições que a lei estabelecer.
- b) A organização sindical representativa de categoria profissional ou econômica deverá exercer sua operacionalização em várias cidades de uma mesma base territorial para garantir o exercício do princípio da isonomia.
- c) O sindicato defenderá os direitos e interesses coletivos ou individuais de sua categoria profissional ou econômica, ressalvadas as questões judiciais ou administrativas para as quais haverá representação estatal.
- d) É possível, a qualquer época, a dispensa do empregado sindicalizado que esteja candidato a cargo de direção ou representação sindical, na hipótese de ter cometido infração trabalhista nos termos da lei.
- e) A fixação da contribuição sindical pela assembleia geral, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, independentemente da contribuição prevista em lei.

**4. Em se tratando do exercício de cargos públicos, podemos afirmar que:**

- a) A acumulação remunerada é permitida, exceto quando houver incompatibilidade de horários, e observados os tetos constitucionalmente previstos.
- b) Na permissão de acumulação remunerada estão previstas: a acumulação de dois cargos de professor; a de um cargo de professor com outro técnico ou científico; a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

- c) Não é vedada a acumulação remunerada a empregos e funções das autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.
- d) A administração fazendária e seus servidores fiscais, por exercerem atividades essenciais ao funcionamento do Estado, terão, independentemente de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, em qualquer caso.
- e) Decreto regulamentar disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, regulando as reclamações relativas à prestação dos serviços públicos em geral, asseguradas a manutenção de serviços de atendimento ao usuário e a avaliação periódica, externa e interna, da qualidade dos serviços.

**5. Sobre a licitação pública, não se pode afirmar que:**

- a) Mensalmente, será dada publicidade, em órgão de divulgação oficial ou em quadro de avisos de amplo acesso público, à relação de todas as compras feitas pela Administração Direta ou Indireta, inclusive para todos os casos de dispensa de licitação, com o objetivo de clarificar a identificação do bem comprado, seu preço unitário, a quantidade adquirida, o nome do vendedor e o valor total da operação, podendo ser aglutinadas, por itens, as compras feitas com dispensa e inexigibilidade.
- b) As obras, os serviços, inclusive de publicidade, as compras, alienações, concessões, permissões e locações da Administração Pública, quando contratadas com terceiros, serão necessariamente precedidas de licitação, ressalvadas as hipóteses previstas em lei.
- c) Considera-se contrato todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública e particulares, em que haja um acordo de vontades para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada.
- d) A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.
- e) A licitação não será sigilosa, sendo públicos e acessíveis ao público os atos de seu procedimento, salvo quanto ao conteúdo das propostas, até a respectiva abertura.

**6. Os atos de improbidade administrativa implicam diversas sanções, exceto:**

- a) A perda dos direitos políticos.
- b) A perda de função pública.
- c) A indisponibilidade dos bens.
- d) O ressarcimento ao erário.
- e) A ação penal.

**7. A Constituição Federal, no caput do artigo 37, estabelece cinco princípios da Administração Pública. Assinale abaixo a alternativa cuja definição não corresponde ao princípio ressaltado:**

- a) Legalidade: significa que o administrador público não pode se afastar dos ditames legais em quaisquer dos seus atos, sob pena de invalidade do ato praticado, além de, conforme a situação, responder civil, criminal e funcionalmente.
- b) Impessoalidade: refere-se à atuação eficiente do gestor público sem, contudo, buscar promoção pessoal ou qualquer retribuição a ele dirigida, agindo de forma objetiva no trato da coisa pública.
- c) Moralidade: significa que a Administração e seus agentes, sob pena da prática de improbidade administrativa, deverão pautar-se pela ética, boa fé e lisura processual. É um adendo ao princípio da legalidade, imprescindível à validade do ato administrativo.
- d) Publicidade: característica indispensável aos atos administrativos, tem como escopo a divulgação oficial desses atos, ressalvadas as exceções de sigilo elencadas pela Constituição.
- e) Eficiência: intimamente ligado ao princípio da moralidade, refere-se à atuação do gestor público que, com racionalidade, alcança a satisfação das necessidades coletivas, buscando evitar a atuação parcial na operacionalização de suas funções.

**DIREITO PENAL**

**8. A vida é tutelada por diversas normas incriminadoras, sendo, em conformidade com a doutrina pacificada, um bem indisponível, dada a sua relevância. No que diz respeito aos crimes de homicídio e do induzimento, instigação e auxílio ao suicídio, assinale a alternativa correta:**

- a) O crime de homicídio admite várias formas de execução. Contudo, todas devem ser idôneas à provocação da morte. Assim, é comum o entendimento de que esse crime não pode ser cometido por meio de palavras.
- b) O homicídio praticado na forma omissiva é um crime comum.
- c) O agente imputável que, sem a existência de excludente de ilicitude, mata alguém sob influ-

ência de violenta emoção comete um homicídio dito privilegiado.

- d) O crime de induzimento, instigação e auxílio ao suicídio admite a punição da sua forma tentada.
- e) O STJ admite a figura do homicídio privilegiado-qualificado, não havendo incompatibilidade entre circunstâncias subjetivas e objetivas.

**9. O Código Penal pátrio, para organizar os diversos tipos penais, toma em consideração a objetividade jurídica tutelada pela norma. Com base na objetividade jurídica genérica, define os Títulos, os quais, em regra, são subdivididos em capítulos, a partir da objetividade jurídica específica ou particularizada. Assim, o Título I cuida dos crimes contra a pessoa. Considerando os crimes descritos nesse Título, indique a afirmação correta:**

- a) O induzimento ao suicídio de menor é punido na forma majorada.
- b) O homicídio qualificado, conhecido na doutrina como mercenário ou por mandato remunerado, é um crime de concurso necessário.
- c) Em relação ao concurso de agentes no crime de aborto praticado com o consentimento da gestante, é correto afirmar que existe uma hipótese de exceção dualista à teoria monista.
- d) No caso do delito de lesão corporal, a pluralidade de ferimentos permite o reconhecimento da pluralidade de crimes.
- e) O chamado furto de uso é punido pelo Decreto-lei 2848/40 (Código Penal).

**10. Aristóфанes desfere um soco em Plotínio com a intenção de subtrair-lhe a motocicleta. Plotínio, devido à agressão, cai, batendo com a cabeça no meio-fio. Aristóфанes tenta fazer funcionar o veículo, mas é preso por policiais que passavam pelo local e impedem a fuga e a subtração da motocicleta. Em virtude dos ferimentos na cabeça, Plotínio falece. Dado o caso, segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto dizer que Aristóфанes responderá por:**

- a) Homicídio culposo em concurso material com a tentativa de roubo.
- b) Latrocínio tentado.
- c) Homicídio culposo em concurso formal com a tentativa de roubo.
- d) Latrocínio consumado.
- e) Tentativa de roubo em concurso material com o homicídio doloso consumado.

**11. Nas mais variadas sociedades, o patrimônio recebe proteção, especialmente nas sociedades capitalistas pós-modernas. Nesse contexto, o roubo representa, talvez, a mais importante tipificação dentre os crimes contra o patrimônio. Assim, analisando as assertivas acerca desse delito, é correto afirmar:**

- a) O roubo é um delito unissubsistente.
- b) O roubo impróprio é definido como aquele em que é admissível a violência imprópria.
- c) Está pacificado na doutrina o entendimento de que é possível o *conatus* no roubo.
- d) As majorantes previstas no artigo 157 do Código Penal não incidem no roubo impróprio.
- e) Segundo Nelson Hungria, o concurso de agentes, para configurar a majorante no roubo, exige a presença dos comparsas no momento da ação.

**12. Nos delitos patrimoniais, por exigência do princípio da ofensividade, a conduta punível deve ser capaz de provocar um risco ou efetivo dano de especial gravidade. Alie-se a isso, a existência de outros elementos necessários à punição, elementos de ordem objetiva, subjetiva e normativa. Tendo em consideração os crimes contra o patrimônio, previstos no Código Penal pátrio, indique a alternativa correta:**

- a) O delito de estelionato (artigo 171 do Código Penal) não importa, para a sua configuração, que a vítima seja pessoa determinada ou uma coletividade indeterminada.
- b) Está pacificado, na doutrina, o entendimento de que, no estelionato (art. 171 do Código Penal), é irrelevante a consideração acerca da natureza da vantagem a ser obtida pelo sujeito ativo, bastando que esta seja injusta.
- c) O artigo 172 do Código Penal, que pune a duplicata simulada, é uma norma penal em branco.
- d) No estelionato, a boa-fé da vítima deve ser considerada para fins de tipificação.
- e) O crime do artigo 177 do Código Penal (fraudes e abusos na fundação ou administração de sociedade por ações) é classificado como um crime comum.

**13. O patrimônio é o conjunto de relações jurídicas que possuem apreciação econômica. O Código Penal tutela, por outro lado, os bens que representam alguma utilidade, mesmo que não apresentem valor venal. Nessa seara, aponte a alternativa correta:**

- a) O crime de receptação (artigo 180 do Código Penal) é um crime acessório ou consequencial.
- b) A receptação imprópria não é tipificada pelo Código Penal pátrio.
- c) O crime de furto (artigo 155 do Código Penal) é sempre um crime de ação penal pública incondicionada.
- d) No estelionato, sempre existem dois sujeitos passivos: a pessoa induzida ou mantida em erro e o prejudicado.
- e) A receptação culposa não é passível de punição.

**14. Com o advento da Lei nº 12.015/09, o bem jurídico tutelado pelo Título VI do Código Penal foi substituído pela dignidade sexual. No que diz respeito aos crimes contra a dignidade sexual, marque a alternativa que representa uma afirmação correta:**

- a) A Lei nº 12.015/09 revogou a conduta do artigo 214 do Código Penal. Assim, operou-se a *abolitio criminis* em relação à conduta do atentado violento ao pudor.
- b) O crime de estupro (artigo 213 do Código Penal) é um crime bipróprio.
- c) O crime de violação sexual mediante fraude é um delito plurissubsistente.
- d) O crime de sedução é punido com pena de reclusão.
- e) O estupro de vulnerável é crime de ação penal pública condicionada.

**15. Os crimes de falsidade representam complexidade inicial no que concerne à ideia do falsum. O Código Penal, no Título X (Dos crimes contra a fé pública), contempla os crimes de falso em três espécies: a falsidade externa ou material, a falsidade ideológica e a falsidade pessoal. Acerca de alguns dos crimes previstos nesse Título, identifique a opção correta:**

- a) O uso de quaisquer papéis públicos falsificados, previstos no artigo 293 do Código Penal, permite a forma tentada.
- b) O crime de petrechos de falsificação pode ser absorvido pelo crime do artigo 293 do Código Penal (falsificação de papéis públicos) quando este crime tiver, ao menos iniciada, a sua execução, constituindo, o primeiro, um *ante factum* impunível.
- c) A falsidade ideológica não se confunde com a falsidade documental.
- d) Para a caracterização da falsidade de documento público não tem relevância a qualidade da falsificação. Assim, estará caracterizado esse crime mesmo que a falsificação seja grosseira.
- e) Para a tipificação do crime de falsidade ideológica, é imprescindível a realização de exame pericial sobre o objeto material do delito.

#### DIREITO PROCESSUAL PENAL

**16. A persecução criminal, destinada à apuração de infrações penais, é constituída, em regra, por duas fases bastante definidas. A primeira delas é o inquérito policial. A respeito dessa fase, indique a alternativa correta:**

- a) O Inquérito policial civil pode ser presidido por delegado de polícia *ad hoc*.

- b) A natureza jurídica do inquérito policial civil é de processo jurisdicional.
- c) O advogado não poderá ter acesso aos autos do inquérito, devido à natureza deste.
- d) Nas comarcas em que houver mais de uma circunscrição policial, a autoridade, com exercício em uma delas, poderá, nos inquéritos a que esteja procedendo, ordenar diligências em circunscrição de outra, independentemente de precatória ou requisições.
- e) Ocorrido um crime, o delegado de polícia deve sempre, de ofício, instaurar o inquérito processual.

**17. A ação penal é o direito público subjetivo de exigir do Estado-juiz uma prestação de natureza punitiva. No que diz respeito à ação penal, assinale a alternativa correta:**

- a) No processo penal, não é possível a transação.
- b) Segundo a teoria imanetista, existe autonomia entre o direito material e o direito processual.
- c) Para a abstrata, a existência ou inexistência do direito material é relevante para a existência do direito de ação.
- d) O procedimento judicialiforme não encontra guarida na Constituição da República.
- e) A pessoa jurídica não pode figurar no polo passivo da relação processual penal.

**18. Em nosso ordenamento, é possível identificar algumas espécies de ação penal. Tendo em consideração a classificação das ações penais, em relação à titularidade do direito de ação, aponte a afirmação correta:**

- a) Na ação penal pública incondicionada, presentes as condições da ação, tem, em regra, o representante do Ministério Público a discricionariedade para apreciar a conveniência e a oportunidade para a propositura da ação penal.
- b) No caso de ação penal pública condicionada, havendo divergência de interesses entre o menor e seu representante legal, prevalecerá o interesse daquele que for favorável à propositura da ação.
- c) Conforme dispõe o Código de Processo Penal, a representação é irretratável, depois de oferecida a denúncia.
- d) O *strpitus iudicii* não apresenta relevância para justificar a existência da ação penal pública condicionada.
- e) Na ação penal privada, é possível, ao autor, escolher um dos autores do fato, excluindo da imputação delituosa os demais.



19. O legislador estabeleceu como critério para a classificação da espécie de ação penal, em relação à titularidade do direito de ação, a natureza do bem juridicamente tutelado pela norma de direito material. Contudo, não é possível afirmar que esse seja um critério preciso e científico. Desse modo, essa classificação finda por se tornar matéria de política legislativa, sujeita à opção do legislador. A respeito dessa classificação, identifique a alternativa correta:

- a) No estupro de vulnerável, a ação penal será pública condicionada.
- b) No estupro do qual resultar a morte da vítima, a ação será pública condicionada, conforme disposição da legislação penal comum.
- c) O princípio da obrigatoriedade rege a ação penal privada.
- d) No processo penal comum, é possível a prisão para averiguação.
- e) De acordo com as recentes alterações legais à disciplina das prisões cautelares, esta só será possível se determinada no curso de um processo penal.

20. Acerca do princípio da inocência, leciona Eugênio Pacelli de Oliveira que tal princípio “[...] recebeu tratamento distinto por parte do nosso constituinte de 1988. A nossa Constituição, com efeito, não fala em nenhuma presunção de inocência, mas da afirmação dela, como valor normativo a ser considerado em todas as fases do processo penal ou da persecução penal [...]” (PACELLI DE OLIVEIRA, Eugênio. Curso de Processo Penal. Rio de Janeiro: Ed. Lumen Juris, 2009, p. 430). No que diz respeito às prisões processuais e aos procedimentos de execução a ela inerentes, identifique a alternativa correta:

- a) Em situações excepcionais, previstas em lei, é possível o uso da força pelo executor da prisão, inclusive com o uso de algemas. Nesse caso, segundo consta na súmula vinculante nº 11 do Supremo Tribunal Federal, a excepcionalidade deve ser justificada por escrito, sob pena de responsabilidade do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual.
- b) A prisão cautelar imposta no curso do processo gera direito à indenização no caso de absolvição do réu, ainda que possua embasamento jurídico para sua decretação.
- c) A prisão decorrente de culpa, em regra, pode ser imposta antes do trânsito em julgado da sentença penal condenatória, em conformidade com a nova disciplina legal.
- d) A prisão preventiva pode ser decretada, mesmo que outra medida cautelar seja adequada.
- e) A prisão temporária somente pode ser decretada quando em curso a ação penal.

21. O processo penal possui certas peculiaridades que o distingue do processo civil, isso devido ao fato de que sua instrumentalidade se vincula diretamente à realização do direito de punir estatal, representando o processo um meio de se atingir um bem extremamente caro ao Estado Democrático de Direito – a liberdade. No que se refere ao processo penal, é correto afirmar que:

- a) As provas produzidas no processo pertencem à parte que as requereu.
- b) O recebimento da denúncia pelo juízo de 1º grau, em regra, exige motivação expressa.
- c) O princípio da identidade física do juiz impossibilita, de modo absoluto, que outro juiz, que não presidiu a instrução, julgue o feito.
- d) A confissão feita durante o processo é irretratável.
- e) O sistema do livre convencimento foi parcialmente adotado pela legislação processual penal pátria.

22. No que diz respeito às regras procedimentais aplicadas no processo penal, podemos afirmar que:

- a) A qualificação incompleta, mesmo que permita a individualização do acusado, impede o recebimento da peça acusatória.
- b) No procedimento ordinário, é possível arrolar até 6 (seis) testemunhas.
- c) Conforme o entendimento esposado pelo Supremo Tribunal Federal, no procedimento sumaríssimo, ocorrendo transação penal com base em multa, e não tendo o beneficiário cumprido com o acordado após a homologação, deve o representante do Ministério Público propor a respectiva ação penal.
- d) A suspensão condicional do processo (artigo 89 da Lei nº 9099/95) é possível nos crimes sujeitos ao procedimento ordinário.
- e) Não é possível a absolvição sumária quando o juiz reconhecer, após a resposta escrita, que o réu agiu no exercício regular de direito.

## DIREITO CIVIL

23. “O que mais modernamente predomina é que, se a prodigalidade vem associada a um processo de patogenicidade mental, criando efetivamente uma síndrome degenerativa ou distúrbios psíquicos, comporta interdição. Mas se o pródigo mostra apenas tendências aos gastos imoderados, não deverá de se lhe retirar o poder de ação no mundo civil, reduzindo-o a uma situação próxima à psicopatia” (PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de direito civil . vol. I. 3 ed. Rio de Janeiro: Forense, 1992). A ideia, registrada por um dos maiores civilistas brasileiros, diz respeito ao instituto da interdição civil, cujas regras de regência, encartadas no novo Código Civil brasileiro, afirmam que:

- a) Pode ser promovida por qualquer parente.
- b) O rol de legitimados para a sua promoção é exemplificativo.
- c) Existe preferência de ordem entre os legitimados a promovê-la.
- d) A sentença que a declara só produz efeitos após reexame necessário.
- e) Não pode ser promovida pelo Ministério Público.

**24. O bem de família é "um instituto originário dos Estados Unidos, que tem por escopo assegurar um lar à família ou meios para o seu sustento, pondo-a ao abrigo de penhoras por débitos posteriores à instituição, salvo as que provierem de tributos relativos ao prédio, ou de despesas condominiais." (DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro, vol. V. 17 ed. São Paulo: Saraiva, 2002). Sobre as regras civis atinentes ao bem de família, pode-se afirmar que:**

- a) No ato da instituição, é vedado convencionar a administração do bem de família a um só dos cônjuges.
- b) Inexiste vedação à constituição de bem de família sobre prédio comercial.
- c) A constituição do bem de família prescinde de registro de seu título no Registro de Imóveis.
- d) A alienação do prédio constituído como bem de família exige a ouvida do Ministério Público.
- e) A dissolução da sociedade conjugal causa a extinção do bem de família.

**25. Sobre as regras civis relativas aos alimentos, pode-se afirmar que:**

- a) O cancelamento de pensão alimentícia de filho que atinge a maioridade não está sujeito à decisão judicial.
- b) O direito à prestação de alimentos, via de regra, não é extensivo a todos os ascendentes.
- c) As sentenças proferidas em ações de alimentos trazem ínsita a cláusula "*rebus sic stantibus*".
- d) A obrigação de prestar alimentos não se transmite aos herdeiros do devedor.
- e) É incabível o pensionamento do alimentando pelo alimentante.

**26. Sobre as regras civis relativas ao casamento, pode-se afirmar que:**

- a) O registro do casamento religioso submete-se a requisitos distintos daqueles impostos ao casamento civil.
- b) A gravidez, por si só, autoriza o casamento antes da idade núbil.
- c) O oficial de registro civil não tem legitimidade para opor impedimentos à celebração do casamento.
- d) O Ministério Público tem legitimidade para

arguir causas suspensivas de celebração de casamento.

- e) A habilitação para o casamento não exige audiência do Ministério Público.

**27. A sucessão legítima, historicamente denominada "successio ab intestato", refere-se àquela que ocorre, via de regra, sem a interferência do "de cuius", isso é, sem testamento. Quanto às disposições do Código Civil a respeito da sucessão legítima, pode-se afirmar como verdadeiro que:**

- a) O cônjuge só é herdeiro necessário se inexistirem descendentes.
- b) O valor dos bens sujeitos à colação não interferem no cálculo da legítima.
- c) O direito de representação nunca se dá na linha ascendente.
- d) Inexistem obstáculos expressos na lei ao direito sucessório conferido ao cônjuge sobrevivente.
- e) O herdeiro necessário que recebe algum legado perde o direito à legítima.

**28. O Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, outrora denominado "Lei de Introdução ao Código Civil" (LICC), sofreu alteração de sua ementa, operada com a edição da Lei nº 12.376, de 30 de dezembro de 2010, que ampliou seu campo de aplicação, denominando-o de "Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro" (LINDB). A respeito dessa lei de introdução, cujas normas são consideradas de sobredireito, é possível afirmar que:**

- a) Acolhem o sistema da obrigatoriedade simultânea, ou vigência sincrônica, obrigando a norma, simultaneamente, em todo o território nacional.
- b) Quanto às regras interpretativas, valorizam o antigo princípio derivado do brocardo latino "*in claris cessat interpretatio*".
- c) Não preveem exceções ao princípio da irretroatividade das leis civis.
- d) Afastam do ordenamento jurídico as chamadas "leis temporárias".
- e) Submetem o ordenamento jurídico brasileiro ao princípio da territorialidade estrita.

**29. As normas da Lei nº 6.015/1973, que regem as atividades registras no Brasil, impõem procedimentos cartoriais para o registro de pessoas naturais, pessoas jurídicas, títulos e documentos, e, também, imóveis. No tocante às pessoas naturais, a lei fala em registro propriamente dito e em averbações. Quanto a esse tema, não se exige que sejam registradas as:**

- a) Emancipações.
- b) Interdições.
- c) Opções de nacionalidade.

- d) Sentenças declaratórias de ausência.
- e) Escrituras de adoção.

#### DIREITO PROCESSUAL CIVIL

**30. O Estado, ao retirar do particular a possibilidade de exercer, por sua própria força, a solução dos conflitos intersubjetivos, concede a este, em contrapartida, o direito de ação, como meio de provocar o exercício da função jurisdicional. No que diz respeito ao tema, analise as afirmativas e marque a correta:**

- a) Considerando que o direito de ação é um direito fundamental, podemos classificá-lo como um direito fundamental de liberdade.
- b) O direito de ação é um direito que se manifesta apenas na propositura da ação.
- c) O direito de ação é exercido apenas pelo autor numa relação processual.
- d) A teoria da individuação preceitua que a causa de pedir consiste nos fatos fundamentados da situação jurídica afirmada pelo autor.
- e) Segundo a teoria da asserção, as condições da ação são verificadas pelas afirmações ou assertivas deduzidas pelo autor na peça exordial.

**31. Embora o direito de ação encontre sede na própria Constituição da República, o seu exercício representa um custo ao Estado. Assim, acerca do exercício desse direito, é correto afirmar que:**

- a) A parte ilegítima é assim denominada por não ser, verdadeiramente, parte na relação jurídica processual.
- b) A presença de um autor, ao menos, é requisito essencial para a existência e a validade de todo e qualquer processo. Assim, não há processo sem sujeição ativa.
- c) A ausência da capacidade de estar em juízo pode ser sanada, podendo o magistrado determinar prazo para o comparecimento do responsável.
- d) O ato praticado no processo por pessoa desprovida de capacidade postulatória é considerado inexistente.
- e) De acordo com as regras estabelecidas pelo Código de Processo Civil brasileiro, o cônjuge será, necessariamente, citado para as ações que tenham por objeto o reconhecimento de ônus sobre móveis de um ou de ambos os cônjuges.

**32. Fredie Didier registra que “Ao processo civil cabe a realização de projetos do direito material, em uma relação de complementariedade que se assemelha àquela que se estabelece entre o engenheiro e o arquiteto [...]” (DIDIER, Fredie. Curso de Direito Processual Civil. Salvador: Ed. Jus Podivm,**

**2010, p. 23). Considerando as normas insculpidas no Código de Processo Civil brasileiro, indique a afirmação correta:**

- a) O advogado sem instrumento de mandato poderá, em nome da parte, intentar ação, a fim de evitar a decadência ou prescrição, bem como intervir, no processo, para praticar atos urgentes, devendo exibir, no prazo improrrogável de 15 (quinze dias), o instrumento de mandato.
- b) A alienação da coisa ou do direito litigioso, a título particular, por ato entre vivos, não altera a legitimidade das partes.
- c) A parte que revogar o mandato outorgado ao seu advogado deve, no prazo de 15 dias, constituir outro para assumir o patrocínio da causa.
- d) Intervindo, no processo, o membro do Ministério Público, como fiscal da lei, deverá ser intimado apenas dos atos decisórios.
- e) Sendo a intervenção do Ministério Público obrigatória, o magistrado deve promover a intimação do seu representante, sob pena de nulidade do processo.

**33. O formalismo exigido pela lei deve servir à segurança das decisões, porém, não deve o legislador, e não cabe ao intérprete, ser por demais exagerado na exigência de regras formais, sob pena de macular os fins a serem alcançados com o processo. Leia as afirmações abaixo acerca das normas estabelecidas pelo Código de Processo Civil e assinale a correta:**

- a) No artigo 162 do Código de Processo Civil, o legislador relacionou os atos processuais protagonizados pelo juiz (sentenças, decisões interlocutórias e despachos), sendo esse rol taxativo.
- b) Não existe possibilidade de serem admitidas, nos atos e termos do processo, emendas ou rasuras.
- c) Segundo a disciplina processual, nenhum ato processual deve ser realizado em domingos e feriados.
- d) O juiz, nas comarcas onde for difícil o transporte, poderá prorrogar quaisquer prazos, mas nunca por mais de 30 (trinta) dias.
- e) A citação, em regra, será feita pelo correio, podendo o autor requerer que se faça por outra forma.

**34. O Título VI do Código de Processo Civil estabelece a disciplina relativa à formação, à suspensão e à extinção do processo. No que concerne à essa disciplina, podemos afirmar que:**

- a) Segundo preceituado no parágrafo único do artigo 264 do Código de Processo Civil, a alteração do pedido ou da causa de pedir, em ne-

nhuma hipótese, será permitida após o saneamento do processo.

- b) Quando as partes transigirem, o processo será extinto sem resolução do mérito.
- c) O processo não poderá ser suspenso pela convenção das partes.
- d) As hipóteses de suspensão do processo são taxativamente previstas no artigo 265 do Código de Processo Penal.
- e) O rol do artigo 267 do Código de Processo Civil é taxativo, não sendo admitidos outros casos de extinção do processo sem resolução do mérito.

**35. As diversas formas procedimentais são estabelecidas para atender às peculiaridades do objeto litigioso. A respeito do procedimento ordinário, identifique a alternativa correta:**

- a) Verificando o juiz que a petição inicial não preenche os requisitos exigidos nos artigos 282 e 283 do Código de Processo Civil, ou que apresenta defeitos ou irregularidades capazes de dificultar o julgamento do mérito, extinguirá o processo sem apreciação do mérito.
- b) O direito processual civil brasileiro admite a chamada revelia superveniente.
- c) No caso de revelia, a presunção da veracidade das alegações fáticas do autor dispensa o juiz de bem instruir o processo.
- d) A realização da audiência preliminar (art. 331, Código de Processo Civil) é uma faculdade do juiz, não gerando qualquer nulidade a não realização desta.
- e) A apreciação de questão prejudicial, decidida incidentalmente no processo, é capaz de formar coisa julgada.

**36. As provas, produzidas no processo visam formar a convicção do julgador para uma decisão adequada. Conforme dispõe o art. 452 do Código de Processo Civil, as provas serão produzidas, em audiência, na seguinte ordem:**

- a) O juiz tomará os depoimentos pessoais; peritos e assistentes técnicos responderão aos quesitos de esclarecimento; finalmente, serão inquiridas as testemunhas.
- b) Peritos e assistentes técnicos responderão aos quesitos de esclarecimento; o juiz tomará os depoimentos pessoais; finalmente, serão inquiridas as testemunhas.
- c) Serão inquiridas as testemunhas; peritos e assistentes técnicos responderão aos quesitos de esclarecimento; o juiz tomará os depoimentos pessoais.
- d) Serão inquiridas as testemunhas; o juiz tomará os depoimentos pessoais; peritos e assistentes técnicos responderão aos quesitos de esclarecimento.

- e) O juiz tomará os depoimentos pessoais; serão inquiridas as testemunhas; e, finalmente, peritos e assistentes técnicos responderão aos a justificativa para tanto se encontra na possibilidade de alteração latente destes diplomas em vista da matéria tratada.

**37. Em relação ao mandado de segurança, à ação civil pública e à defesa do consumidor em juízo, indique a alternativa correta:**

- a) É reconhecida a entes despersonalizados, mas com prerrogativas próprias, legitimidade ativa para impetrar mandado de segurança.
- b) A desistência, no mandado de segurança, depende da concordância da autoridade coatora.
- c) É cabível mandado de segurança, nos termos da Lei nº 12.016/09, da decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo.
- d) A ação civil pública não poderá ter por objeto a condenação em dinheiro, apenas o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer.
- e) No que diz respeito à defesa dos interesses e direitos difusos dos consumidores, o Ministério Público é o único legitimado para propor a ação capaz de propiciar a adequada efetiva tutela.

**DIREITO DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DO IDOSO**

**38. Segundo o Estatuto da Criança e do adolescente (ECA), Lei nº 8.069/1990, artigo 54, é dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:**

- a) Ensino médio, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria.
- b) Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, exclusivamente na rede regular de ensino.
- c) Atendimento em creche e pré-escola às crianças do ensino fundamental, cujas mães comprovem, através de CTPS, trabalho diurno regular.
- d) Oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do adolescente trabalhador.
- e) Atendimento no ensino fundamental e médio, através de programas complementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

**39. No ordenamento jurídico brasileiro, a adoção é uma modalidade artificial de filiação. O ECA trata o instituto definindo-o como “medida excepcional e irrevogável, à qual se deve recorrer apenas quando esgotados os recursos de manutenção da criança ou adolescente na família natural ou extensa”. Assinale abaixo a alternativa verdadeira, contida no texto legal, a respeito da adoção:**

- a) É permitida a adoção por procuração, desde que autorizada judicialmente.
  - b) O adotando deve contar com, no máximo, dezoito anos à data da efetivação da adoção, salvo se já estiver sob a guarda ou tutela dos adotantes.
  - c) Podem adotar os maiores de 18 (dezoito) anos, independentemente do estado civil, e, para adoção conjunta, é indispensável que os adotantes sejam casados civilmente ou mantenham união estável, comprovada a estabilidade da família.
  - d) Não há restrição em relação à idade do adotante e o adotado. Necessária se faz a comprovação judicial de condições financeiras e psicológicas.
  - e) Por determinação judicial, o tutor ou o curador sempre poderá adotar o pupilo ou o curatelado, uma vez que já está sob sua responsabilidade a administração do patrimônio do adotando.
- b) Precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública.
  - c) Propiciar condições adequadas ao aleitamento materno, inclusive aos filhos de mães submetidas à medida privativa de liberdade.
  - d) Preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas.
  - e) Destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

**40. Em relação às regras contidas no ECA relacionadas ao “Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho”, assinale a alternativa correta:**

- a) Ao adolescente até dezesseis anos de idade, é assegurada bolsa de aprendizagem.
- b) A formação técnico-profissional do adolescente, dentre outros requisitos, deverá obedecer ao princípio de ser a atividade desenvolvida compatível com o desenvolvimento do adolescente.
- c) É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo sob autorização judicial em processo específico.
- d) Ao adolescente maior de quatorze anos, é assegurada bolsa de aprendizagem, já ao adolescente aprendiz até quatorze anos de idade, são assegurados os direitos trabalhistas e previdenciários.
- e) Entende-se por trabalho educativo a atividade laboral em que as exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento pessoal e social do educando prevalecem sobre o aspecto produtivo, contudo, havendo recebimento de remuneração pelo adolescente em relação ao trabalho efetuado ou à sua participação na venda dos produtos de seu trabalho, desfigurará o caráter educativo.

**41. O artigo 4º do ECA, em consonância com o artigo 227 da Constituição Federal, traz a ideia da proteção integral à criança e ao adolescente substanciada em um conjunto de deveres atribuídos à família, à comunidade, à sociedade em geral e ao Poder Público. Na relação das ações que compreendem a garantia de prioridade, não está inserido:**

- a) Primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias.

**42. O ECA relaciona alguns deveres dirigidos aos hospitais e instituições de saúde diversas com o objetivo de assegurar os direitos da gestante e do recém-nascido. Qual das alternativas abaixo não foi prevista no ECA para esse fim:**

- a) Manter registro das atividades desenvolvidas, através de prontuários individuais, pelo prazo de dezoito anos.
- b) Manter alojamento conjunto, possibilitando ao neonato a permanência junto à mãe.
- c) Identificar o recém-nascido mediante o registro de sua impressão plantar e digital e da impressão digital da mãe, sem prejuízo de outras formas normatizadas pela autoridade administrativa competente.
- d) Fornecer declaração de nascimento onde constem necessariamente as intercorrências do parto e do desenvolvimento do neonato.
- e) Fornecer serviços especiais de prevenção e de atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão.

**43. Sobre a gratuidade assegurada aos idosos maiores de 65 anos nos transportes coletivos públicos urbanos e semiurbanos e nos transportes interestaduais, assinale a alternativa que não corresponde à verdade:**

- a) Para ter acesso à gratuidade nos transportes coletivos públicos urbanos e semiurbanos, o idoso apresentará qualquer documento pessoal que faça prova de sua idade.
- b) Serão reservados 10% (dez por cento) dos assentos nos veículos de transporte coletivo. Estes assentos serão devidamente identificados com a placa de reservado preferencialmente para idosos.
- c) As pessoas compreendidas na faixa etária entre 60 (sessenta) e 65 (sessenta e cinco) anos, poderão gozar do benefício desde que legislação federal disponha sobre as condições para o exercício da gratuidade.
- d) No sistema de transporte coletivo interestadual, legislação específica observará a reserva de 2 (duas) vagas gratuitas, desde que preenchidos requisitos relacionados à renda do idoso.

- e) A concessão da gratuidade não ocorrerá nos serviços seletivos e especiais, quando forem prestados paralelamente aos serviços regulares.

(quarenta por cento) para proporcionar a participação deles nessas atividades.

**44. Em relação ao acesso à justiça pelo idoso, assinale a alternativa incorreta:**

- a) O Poder Público poderá criar varas especializadas e exclusivas do idoso.  
b) Em qualquer instância, é assegurada a prioridade na tramitação dos processos e procedimentos e na execução dos atos e diligências judiciais nas ações em que o idoso superior a 65 (sessenta e cinco) anos figure como parte.  
c) O idoso interessado na obtenção da prioridade relacionada ao acesso à justiça requererá o benefício à autoridade judiciária competente, fazendo prova de sua idade.  
d) A prioridade do acesso à justiça não cessará com a morte do beneficiado, estendendo-se em favor do cônjuge supérstite, companheiro ou companheira, com união estável, maior de 60 (sessenta) anos.  
e) Nas disposições relacionadas ao acesso à justiça pelo idoso, será subsidiariamente aplicado o procedimento sumário previsto no Código de Processo Civil, desde que não contrarie os prazos previstos na lei.

**45. O idoso tem direito a educação, cultura, esporte, lazer, diversões, espetáculos, produtos e serviços que respeitem sua peculiar condição de idade. Sobre o tema, pode-se afirmar:**

- a) Espaços ou horários especiais voltados ao público serão mantidos pelo Poder Público com finalidade informativa, educativa, artística e cultural.  
b) Oportunidades de acesso do idoso à educação serão criadas pelo Poder Público através dos meios de comunicação, adequando currículos, metodologias e material didático para o conhecimento sobre o processo de envelhecimento.  
c) Objetivando a preservação da memória e da identidade cultural, os idosos participarão das comemorações de caráter cívico ou cultural, para que sejam transmitidos conhecimentos e vivências às demais gerações.  
d) O Poder Público proporá níveis de ensino formal diferenciados que possam facilitar a leitura do idoso em relação a sua inserção na comunidade. O programa do ensino terá, como currículos mínimos, temas relacionados ao conhecimento do processo de envelhecimento e à forma do idoso defender-se do desrespeito que sobre eles recaia.  
e) Aos idosos será permitido o acesso preferencial aos locais em que aconteçam eventos artísticos, culturais, esportivos e de lazer, bem como concedidos descontos de pelo menos 40%

**PRINCÍPIOS, FUNÇÕES, ORGANIZAÇÃO, GARANTIAS E VEDAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

**46. O Ministério Público assume importante função na defesa da sociedade, alcançando, com a Constituição da República de 1988, autonomia institucional. Acerca do Ministério Público, responda:**

- a) O chefe do Ministério Público estadual é o Procurador de Justiça.  
b) Os chefes do Ministério Público estadual e do Distrito Federal poderão ser destituídos por deliberação da maioria absoluta do Poder Legislativo, na forma da lei ordinária respectiva.  
c) O Ministério Público do Distrito Federal integra o Ministério Público da União.  
d) O Ministério Público do Trabalho integra o Ministério Público estadual.  
e) A destituição do chefe do Ministério Público da União ocorrerá por iniciativa do Presidente da República, devendo ser precedida de autorização da maioria absoluta do Congresso Nacional.

**47. Os princípios, no chamado neoconstitucionalismo, têm reconhecida a sua função normológica, servindo para qualificar uma dada realidade jurídica. Nessa matéria, são princípios institucionais do MP:**

- a) Unidade, indivisibilidade e independência funcional.  
b) Permanência, irrevogabilidade e unidade.  
c) Perenidade, irrevogabilidade e indivisibilidade.  
d) Especialização, autonomia e inamovibilidade.  
e) Especialização, autonomia e permanência.

**48. As diretrizes principais acometidas ao Ministério Público são encontradas na Constituição da República. No que pertine a essas regras, não constitui função institucional do Ministério Público:**

- a) Zelar pelo efetivo respeito aos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição.  
b) Promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.  
c) Promover, privativamente, a ação penal pública na forma da lei.  
d) Defender judicialmente os direitos e interesses de entidades públicas.  
e) Expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los.

**49. Com vistas a assegurar a lisura da atuação do Ministério Público, encontramos vedações impostas, constitucionalmente, aos representantes do Ministério Público. Assim, é correto afirmar que o membro do Ministério Público não poderá:**

- a) Exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos cinco anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.
- b) Exercer atividade político-partidária.
- c) Exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função.
- d) Receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, sendo inconstitucional qualquer lei que venha a estabelecer exceções.
- e) Participar de associações, na forma da lei.

**50. São garantias asseguradas constitucionalmente aos membros do Ministério Público:**

- a) Hierarquia funcional, inamovibilidade e autonomia financeira.
- b) Inamovibilidade, autonomia administrativa e independência funcional.
- c) Autonomia administrativa, autonomia financeira e estabilidade funcional.
- d) Vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de subsídio.
- e) Autonomia administrativa, independência funcional, estabilidade.